

BREVES REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR/DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES LÉSBICAS EM NITERÓI/RJ

Joice da Silva Brum
Nivia Valença Barros
Thais Vieira Gaudard Curcio

Universidade Federal Fluminense
joicebrum@id.uff.br
barros.nivia@gmail.com
thaisgaudard@hotmail.com

O presente trabalho apresenta a discussão inicial da tese de doutorado da autora principal que visa estudar as peculiaridades da violência intrafamiliar/doméstica contra crianças e adolescentes lésbicas no município de Niterói/RJ. Onde busca-se analisar quadros de violações de direitos, formas de superação e discriminações ao longo das diferentes décadas em consonância com as conquistas legais de direitos adquiridos nesta trajetória. Atentando-se às políticas de proteção social (âmbito primário e secundário) destinados ao trato do público estudado, dando destaque também, ao papel das famílias junto a proteção e/ou agravamento dos desafios impostos pela orientação sexual de suas crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Violência intrafamiliar/doméstica; Proteção social; Criança; Adolescente; Lésbicas.

Introdução

Análises que buscam desmistificar as peculiaridades envolvidas no processo de construção sócio-histórica das violências se mostram importantes ferramentas para a compreensão deste fenômeno na realidade brasileira.

A violência homofóbica¹ dentro do contexto intrafamiliar e no meio social segue atrelada junto a uma gama de fatores que irão abranger, dentre outras, questões de gênero², políticas sociais, práticas de enfrentamento, de sobrevivência e proteção social³.

Não é recente o repúdio ao diferente. A ideia que traduz essa diferença e diversidade, historicamente é atribuída a algo negativo. Afinal, possuir hábitos, crenças, atitudes que desviassem aos paradigmas de “normalidade” frequentemente era tido como algo repulsivo, representando um

¹ “O termo homofobia tem sido amplamente utilizado para a conceitualização da violência e discriminação contra indivíduos que apresentam orientação sexual diferente da heterossexual, especialmente no Brasil”. (COSTA, 2015)

² O conceito de gênero emerge da crítica a ideia de naturalidade do que é ser homem ou mulher. Tal crítica nos permite refletir que os gêneros são fruto de uma construção social e a identidade de gênero é diferente do sexo biológico. Enquanto categoria analítica, enfatiza o caráter cultural e simbólico das ideias de feminino e masculino. Considera em suas análises variáveis como classe social, idade, etnia dentre outros.

³ (...) chamo de sistemas de proteção social as formas – às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou um conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. Incluo neste conceito, também tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como comida e o dinheiro), quanto de bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social. Incluo ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte das coletividades. (DI GIOVANNI, 1998, p. 10)

mal exemplo para as pessoas consideradas “normais” e ajustadas. Sendo então, até hoje, a discriminação, o preconceito e a violência, por exemplo, formas de tratamento empregadas para exprimir repúdio aos diferentes. O que torna os sujeitos homossexuais, bissexuais, assexuais ou que se insiram em qualquer outro arranjo que não se encaixe no padrão heteronormativo vigente, alvos em potencial destas violações de direitos

Não obstante a esta ideia, e implicados por nosso comprometimento acadêmico de estudo frente as questões que envolvem a violência infanto-juvenil, nosso trabalho busca apresentar as discussões iniciais até então travadas na tese de doutorado da autora principal, qual, visa desmitificar as peculiaridades da violência contra meninas e adolescentes lésbicas no município de Niterói/RJ. Para qual, através do desenvolvimento de uma pesquisa de campo, buscará expressar como o sistema secundário⁴ de proteção social niteroiense respondeu as solicitações de crianças e adolescentes⁵ lésbicas no decorrer de suas trajetórias de vida, bem como também buscaremos trabalhar com papel desempenhado pelas famílias dessas crianças/adolescentes junto a proteção e/ou agravamento dos desafios impostos pela orientação sexual das mesmas.

Especificamente nossos objetivos são: Identificar as principais violações de direitos, em especial, violências sofridas pelos sujeitos estudados em sua infância e adolescência após a revelação social da homossexualidade, analisando suas formas de tratamento ao longo das diferentes décadas; Verificar as principais formas de proteção social (âmbito primário e secundário) empregadas para superação dos quadros de violência sofridos por nossas entrevistadas na infância e adolescência decorrentes de sua orientação sexual; E, analisar o papel das famílias junto ao processo de revelação social da homossexualidade de suas crianças e adolescentes.

Nossas entrevistas privilegiarão o resgate de histórias de vida e experiências de violações de direitos (em especial de casos de violências), vivenciados por mulheres lésbicas adultas de diferentes idades residentes natas no município de Niterói referentes a época de suas infâncias e adolescências. Sendo que para uma contextualização mais detalhada da realidade a ser capturada, o estudo traçará um paralelo entre os contextos político e social dos períodos em que as violações forem relatadas.

⁴ Entendemos que “a proteção social secundária é operada em meio à esfera pública. Constitui-se por instituições públicas e privadas capazes de ofertar atendimentos assistenciais sofisticados”. Já a proteção primária, segue contextualizada pela esfera privada. Engloba a proteção exercida por familiares, vizinhos e grupos de trabalho, ligando diretamente membros de um grupo “a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho” que tecem “redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas” (CASTEL, 2001, p. 48-57).

⁵ Entendemos por criança “a pessoa até doze anos de idade incompletos”, e adolescente “aquela entre doze e dezoito anos de idade”. (ECA, 1990: Artigo 2º).

Isto porque, ao admitirmos a violência como fenômeno historicamente construído, destacamos que suas manifestações são submetidas às normas sociais predominantes na conjuntura histórica, cultural, política e econômica vigente no momento da análise. Há peculiaridades que variam de país para país, de modelo político para modelo político, de economia para economia, de cultura para cultura, logo, caso a caso. Portanto, dependendo do período histórico, das leis vigentes, da concepção moral sobre os deveres e direitos do cidadão e demais circunstâncias condicionantes, haverá “violências toleradas” e “violências condenadas”, segundo Minayo (2005, p. 14).

Acreditamos que nosso estudo poderá se constituir como um forte aliado à incorporação da temática nas agendas de discussões (não apenas em âmbito municipal). Devido a isso, estamos enviando nosso trabalho ao presente evento. Afinal, acreditamos que eventos científicos vinculados ao tema de gênero são espaços enriquecedores ao desenvolvimento de nosso estudo.

Metodologia

Afim de evitar anacronismos prejudiciais ao desenvolvimento do trabalho, e, analisar as representações atuais da temática estudada, optamos por desenvolver um estudo de caráter exploratório-descritivo, segundo o ponto de vista de seus objetivos. Para Gil (2008, p.27-28), pesquisas desta natureza buscam apresentar uma aproximação a respeito de um fato específico e demonstrar as peculiaridades de uma determinada população e/ou fenômeno, bem como discriminar relações entre variáveis. Uma das características determinantes deste tipo de investigação consiste na adoção de métodos padronizados de coletas de dados, que em nosso estudo, será representada através do emprego de entrevistas para aplicação de um questionário padrão envolvendo perguntas abertas e fechadas.

Quanto a abordagem do assunto, nosso estudo possuirá um contorno qualitativo. Pois acreditamos que tal abordagem é a que mais nos aproximará da conclusão de nossos objetivos. Já que buscaremos trabalhar “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO, 2004, p.21-22).

Afim de promover uma maior compreensão dos sujeitos e suas realidades optamos por aplicar nas análises de nossas entrevistas e demais dados, o método de análise de conteúdo discutido por Bardin (1979) sob a modalidade de “análise temática” que “consiste em ‘descobrir os núcleos’

de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1979, p.105).

Para levantar os dados de nosso estudo, que terá como território de investigação o município de Niterói/RJ, será aplicado individualmente um questionário às pessoas previamente selecionadas de acordo com o perfil traçado para o estudo, que neste caso, resume-se a mulheres que assumiram a homossexualidade para suas famílias e sociedade antes dos 18 anos. Serão selecionados sujeitos nascidos em diferentes décadas afim de captarmos a compreensão de cada sujeito e a variação das violações sofridas junto a evolução das discussões e os avanços legislativos de proteção social ao público homossexual de cada cenário estudado.

Alcançaremos estas mulheres através de programas, organizações não governamentais e movimentos sociais vinculados com a temática discutida.

Resultados

Por se tratar de um trabalho proveniente de uma tese de doutorado que ainda está em desenvolvimento junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, não podemos apresentar resultados definitivos, apenas as discussões iniciais a serem tratadas ao longo do trabalho aqui exposto.

Discussão

A violência é um fenômeno complexo, múltiplo, multicausal e socialmente construído. É um fenômeno presente na história da humanidade e inserido em suas relações sociais, culturais e políticas. A análise de suas manifestações remete a eventos que refletem “conflitos de autoridade, as lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens” (MINAYO, 2005, p. 14). Essas manifestações não apresentam motivação única, e sua ocorrência não se restringe a grupos específicos. Não há uma definição exata de suas diversas formas de expressão, visto que são inúmeras as conceituações utilizadas para definir violência. Fato que torna sua mensuração real utópica tanto no Brasil como em qualquer outra parte do mundo.

O modo como vemos atualmente o direito a um desenvolvimento seguro de crianças e adolescentes nem sempre foi visto do mesmo jeito. Na verdade, se encontra em construção. Segundo Carvalho (2010), tal concepção, inscreve-se no sistema cultural, imaginário e simbólico

dos processos históricos, sendo produto das relações sociais vigentes num período determinado das relações de classe e interclasses. Como fruto desses sistemas, a conceituação e a compreensão do que é necessariamente violência contra os sujeitos inseridos nesta etapa da vida atrelam-se às representações sociais da época em estudo. Por este motivo destacamos a importância de se considerar o imaginário e a aceitação social nas análises do fenômeno, bem como as políticas de proteção social no âmbito primário e secundário desenvolvidas no decorrer das décadas para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

A violência contra a criança e ao adolescente, frequentemente se materializa por meio de relações de poder, a serem expressas através de processos repressivos e autoritários que tendem a coisificar a criança e o adolescente de modo a cercear seus direitos essenciais à vida, à liberdade e à segurança. Podendo estar presente tanto na esfera familiar quanto em diferentes espaços institucionais de poder, como na polícia, em igrejas, escolas, entre outros.

Ao tratarmos de violência doméstica/ intrafamiliar contra crianças e adolescentes, não restringiremos o enfoque do fenômeno ao âmbito privado do lar. Suas manifestações podem extrapolá-lo de modo a expressar-se fora de casa por qualquer integrante da família ou pessoas do círculo social dos sujeitos agredidos, pois pressupomos que se estabelece uma ligação emotiva capaz de se comparar ou até mesmo extravasar os sentimentos nutridos pelas pessoas consideradas “da família”. Desse modo, consideraremos como violência intrafamiliar:

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo papel de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue. (DAY et al, 2003, p. 10)

Ao refletirmos especificamente sobre a violência provocada por motivação homofóbica, percebemos que tal manifestação paulatinamente vem ganhando visibilidade (o que representa um ganho notável), porém, a mesma ainda se encontra envolta de uma penumbra de preconceito que dificulta discussões mais amplas na sociedade. Ao se tratar de crianças e adolescentes, os estudos a seu respeito são mais reduzidos ainda.

O silenciamento de questões que envolvem a sexualidade de crianças e adolescentes acabam por promover quadros de exclusão nas mais diferentes instituições (escolas, igrejas etc), podendo ser compreendida como uma privação coletiva, já que segundo Sposatti (1996), a exclusão social se

configura como a impossibilidade de participar da sociedade, o que leva os sujeitos nesta condição, a:

[...] vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência de uma parcela significativa da população, por isso, a exclusão social não é só pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. (SPOSATTI, 1996. p.5)

Neste quadro de exclusão e discriminação, a família pode se constituir como agente de proteção, ou, violador. Afinal se trata de uma instituição construída social, cultural e historicamente, e com isso, além de se encontrar em um constante movimento de transformação ela nem sempre irá se traduzir como um lugar onde reina a plena felicidade. A mesma pode ser “fortalecedora ou esfaceladora de suas possibilidades e potencialidades” (CARVALHO, 1995, p. 15).

Enquanto agente de proteção, a família irá se constituir como essencial a superação das adversidades que acometem seus indivíduos, ou, como um agente de violação de direitos. Devido a isso, recebe maior atenção junto ao nosso estudo. Sua relação com a rede secundária de proteção social local também é destacada, pois a articulação entre estes dois agentes pode promover ganhos simultâneos a ambos os lados.

Conclusões

A discussão sobre a temática foco de nosso trabalho apresenta ainda muitos desafios. É utópica a apresentação de números reais para exprimir o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes dado as diversas definições que os diferentes autores e profissionais que trabalham com o público infanto-juvenil se utilizam para tratar as expressões do fenômeno. Ao relacionarmos a violência com a orientação sexual de crianças e adolescentes, encontramos entraves ainda maiores.

Fora isso, a invisibilidade em torno do assunto é grande tanto na vida prática por se tratar de sujeitos que legalmente ainda são responsabilidades de adultos, logo, possuem uma vocalização limitada tanto por sua condição peculiar de desenvolvimento como pelos próprios responsáveis que devido a uma gama de fatores podem escolher ocultar o “problema anormal” que acometem suas crianças e adolescentes. Como também no campo acadêmico, onde encontramos outra barreira, pois ainda são poucas as pesquisas sobre este tema em nosso país, e é justamente esse um dos pontos que ressaltam a importância de nosso estudo. O tema em questão discutido, enfrenta desafios árduos

junto a sua visibilidade e entrada nas agendas de discussões essenciais para criação de políticas, intuições e demais aparatos de enfrentamento a violência.

Acreditamos que nosso estudo possa se constituir como um instrumento capaz de gerar visibilidade e servir de base não apenas para fomentar formulações de ações educativas, e de políticas públicas de enfrentamento as violências, preconceitos e discriminações em âmbito local, mas confiamos também que nosso estudo poderá se constituir como um forte aliado à incorporação da temática no mundo acadêmico, enriquecendo a produção brasileira sobre a temática.

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1979.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

CARVALHO, M. C. B. **A priorização da Família na agenda da política social**. In: A família contemporânea em debate, São Paulo, São Paulo: IEE/PUC - SP e Fapesp, 1995.

CARVALHO, C. M. **Violência infanto-juvenil, uma triste herança**. In: ALMEIDA, M. G. B. (Org.), A violência na sociedade contemporânea. Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2010.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. 3º Ed. Petrópolis. RJ: Vozes. 2001.

COSTA, Â. B.; NARDI, H. C. **Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual**. Temas psicol., Ribeirão Preto , v. 23, n. 3, p. 715-726, set. 2015.

DAY, V.P. et al. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Ver. Psiquiatr. Rio Gd. Sul [online]. 2003, vol.25, suppl.1, pp.9-21.

DI GIOVANNI, G. **Sistemas de proteção social: Uma introdução conceitual**. In: Oliveira, M.A. (org.). Reformas do Estado e Políticas de Emprego no Brasil. Campinas, São Paulo: UNICAMP, IE, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M.C.S. **Ciência, técnica e arte: O desafio da Pesquisa Social**. In: MINAYO, M.C.S. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. 14.a. Ed. Petrópolis, Vozes, 2004. p.09-29.

_____. **Violência: um problema para a saúde dos brasileiros.** In: SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 09-33.

SPOSATTI, A. **Mapa da Exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo.** EDUC, São Paulo, 1996.